

TRABALHO COOPERATIVO NA FRONTEIRA DE OUTRA LÓGICA DE DESENVOLVIMENTO DO CAMPO: A EXPERIENCIA DA ASCOOB COOPERAR.

Gracieda dos Santos Araújo*
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
gracyeda@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo trata de discutir o projeto de desenvolvimento e de educação que interessa à classe trabalhadora do campo, tendo como contexto da análise o cooperativismo de crédito rural solidário. Este estudo se baseia em uma abordagem qualitativa e, como suporte metodológico, o estudo de caso envolvendo a Cooperativa de Crédito Rural ASCOOB COOPERAR, situada no Território do Sisal, região semiárida da Bahia. Assim, busca-se analisar as contribuições do cooperativismo de crédito rural solidário no processo de fortalecimento do tecido social e inclusão socioeconômica dos trabalhadores do campo e a relação da escola com as lutas comunitárias dos camponeses, tendo como objeto da análise a Comunidade rural de Carnaíba de Cima, município de Tucano-BA. O estudo apontou os desafios da reformulação da política de educação para as escolas do campo, tendo em vista um projeto político pedagógico pautado na cooperação como paradigma para a construção de outra lógica societária e produtiva para o campo.

Palavras chaves: Desenvolvimento. Educação rural. Educação do campo. Cooperativismo de Crédito Solidário

Introdução

No Brasil, as desvantagens e vulnerabilidade em que vive grande parte da população do campo, comparando-se às condições de vida dos habitantes da cidade, se fazem notar nos altos índices de analfabetismo, nas precárias condições de vida e de trabalho (TAFAREL e SANTOS JUNIOR, 2011).

Nesse contexto, o debate acerca das políticas públicas de desenvolvimento do campo é um tema de grande relevância no cenário atual da sociedade brasileira, e consiste em importante objeto de estudo para os movimentos populares, em especial os movimentos de luta pelos direitos do povo camponês: comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhos, associações comunitárias, cooperativas, movimento sem terra, dentre vários outros.

* Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido Brasileiro pela UFRB. Graduada em Pedagogia, especialista em Educação pela UNEB e em Educação Ambiental para a Sustentabilidade pela UEFS.

Neste cenário, se inserem as cooperativas de crédito rural solidário, enquanto instrumento favorável à proposição de um novo paradigma de desenvolvimento para a sociedade. Estas formam parte de um conjunto de iniciativas populares voltadas à promoção da inclusão econômica financeira de milhares de trabalhadores excluídos do Sistema Financeiro Nacional. Em geral, elas nascem de grupos sociais nos quais os atos políticos precedem os atos econômicos (BURIGO 2006).

No estado da Bahia, sobretudo no território Sisal, as cooperativas de crédito solidário do sistema ASCOOB tem desempenhado relevante papel para a inclusão socioeconômica dos camponeses suprindo uma lacuna deixada pelos bancos convencionais no que se refere aos processos de organização social e de educação cidadã da classe trabalhadora quanto à valorização e empoderamento dos atores que compõem o universo rural.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar as contribuições do cooperativismo de crédito rural solidário, através da Cooperativa ASCOOB Cooperar, no processo de fortalecimento do tecido social e inclusão socioeconômica dos sujeitos coletivos da comunidade rural de Carnaíba de Cima, município de Tucano-BA, e a relação da proposta político pedagógica da escola fundamental dessa comunidade com as lutas e mobilizações comunitárias.

A ASCOOB COOPERAR é uma Cooperativa de Crédito Rural, ligada ao ramo da agricultura familiar e economia solidária, que atua nos municípios de Araci, Teofilândia, Tucano, Euclides da Cunha e Canudos, localizados no semiárido baiano, e está composta por cerca de oito mil sócios cooperados. Faz parte do sistema ASCOOB CENTRAL de cooperativas de crédito da Agricultura e Economia Familiar da região nordeste do país.

O método de pesquisa elegido para a realização desse trabalho foi o estudo de caso. Para Severino (2007) o estudo de caso consiste no estudo de um caso particular, considerado representativo dentro de um conjunto de casos analógicos.

O processo de levantamento dos dados se deu em quatro etapas: a primeira tratou do estudo das categorias de análise e dos principais teóricos; a segunda teve como objetivo apresentar e discutir o objetivo da pesquisa junto à associação comunitária e os sócios da ASCOOB COOPERAR; a terceira cuidou de ouvir os sujeitos da pesquisa através da aplicação de questionário aberto e do diálogo em grupo focal; a quarta e última se refere à análise e discussão dos dados encontrados.

Desenvolvimento do campo: concepções, contradições e possibilidades

O desenvolvimento possui conceitos distintos. Para compreendê-lo faz-se necessário analisar um conjunto de situações e fatores estruturais imbricados na trajetória e na dinâmica das contradições que movem amplamente o processo histórico de uma determinada sociedade.

A partir da concepção de Santos, Paludo e Oliveira (2010), a análise do termo *desenvolvimento* pressupõe que se tenha como ponto de partida critérios e elementos sobre os quais se considere como desenvolvimento.

O termo desenvolvimento, na sociedade capitalista, globalizada, associa-se à ideia de industrialização, crescimento econômico e urbanização das cidades, como paradigma de civilização para as sociedades. Não obstante, a ideia de desenvolvimento não se esgota nesse debate.

Na concepção de Singer (2004, p.9), “desenvolvimento capitalista é o desenvolvimento realizado sob a égide do grande capital e moldado pelos valores do livre funcionamento dos mercados, das virtudes de competição, do individualismo e do Estado mínimo”.

Tomando por base o fator econômico, o modo de produção capitalista parte do princípio de que, com a economia em movimento, os demais setores das sociedades seriam naturalmente levados a desenvolver-se.

Sobre essa questão, Mézáros (2005) vai enfatizar que a teoria defendida pelo desenvolvimento capitalista, de redução da pobreza e desigualdades sociais, a partir do crescimento econômico dos países, é contraditória uma vez que as desigualdades sociais continuam crescendo em várias partes do mundo.

Quanto à capacidade destrutiva do sistema capitalista, Marx e Engels (1979, apud ARAUJO, 2007, p.21) já alertavam que

No desenvolvimento das forças produtivas atinge-se um estado no qual se produzem forças de produção e meios de intercâmbios que, sob as relações de produção vigente, só causam desgraça, que já não são forças de produção, mas forças de destruição (...) estas forças produtivas sob o regime da propriedade privada, experimentam apenas um desenvolvimento unilateral.

Em face do contexto da ameaça destrutiva do capital, graves consequências na estrutura econômica e na sociedade foram intensificadas com o processo de exclusão e de precarização das condições de vida dos trabalhadores. Especificamente no campo, os problemas relacionados ao acesso ao crédito orientado é um dos elementos agravantes da desigualdade e exclusão entre os camponeses.

No âmbito do cooperativismo de crédito, as experiências desenvolvidas pelas cooperativas de crédito rural solidárias, têm sido extremamente importantes para as camadas populares, no sentido de favorecer a inclusão socioeconômica da massa trabalhadora, excluídos dos serviços financeiros bancários e da promoção do desenvolvimento solidário.

Assim sendo, para Búrigo, a criação das cooperativas de crédito rural no Brasil, incluindo as cooperativas ligadas à ASCOOB, é um marco na busca por alternativas de desenvolvimento solidário.

Três processos marcaram os primórdios do cooperativismo de crédito solidário no Brasil, ao longo da década de 1990: as cooperativas de crédito rural (credis) alternativas criadas em Santa Catarina, as cooperativas de crédito de integração solidária do Sistema Cresol nascidas no sudoeste do Paraná e as cooperativas ligadas à Associação das Cooperativas de Apoio a Economia Familiar (Ascoob) fundadas no interior baiano (BÚRIGO, 2006, p. 25).

As cooperativas de crédito solidário do sistema ASCOOB estão presentes em vinte e um (21) municípios do estado da Bahia, atendendo a um total de 23.635 cooperados, sendo que 20.710 (87 %) são atendidos pelas cooperativas do território sisal¹. Estas cooperativas proporcionam, através da mutualidade, assistência educativa e financeira aos associados em suas diversas atividades econômicas, favorecendo assim o fomento da produção, tanto no meio rural como no meio urbano, na agricultura e economia familiar.

O discurso do desenvolvimento no campo e a relação com a educação

Até recentemente, o campo foi entendido como o local exclusivo do desenvolvimento de atividades agropecuárias. Constata-se que, no âmbito das políticas públicas, ao longo de várias décadas, os investimentos para o seguimento rural no Brasil têm como viés iniciativas voltadas exatamente à geração do desenvolvimento econômico, em detrimento de políticas sociais voltadas ao desenvolvimento humano dos habitantes do campo.

¹ ASCOOB Central – dados consolidados. Disponível em: www.ascoobcentral.com.br. Acesso em: 28 de out 2011.

Conforme Hespanhol (2007, p. 274),

as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural restringiram-se, até recentemente, ao apoio à produção, principalmente aos segmentos voltados a exportação e ao fornecimento de matérias-primas às agroindústrias, tendo, portanto, caráter setorial e cunho essencialmente produtivista.

A esse respeito, Leite (1999, p. 51) vai afirmar que "historicamente, a educação em si sempre foi negada ao povo brasileiro e, especificamente, ao homem do campo". Dessa forma,

...esta constatação permite então inferir que a negação da escola traz embutida em si a negação da cidadania, isto é, da participação social e política, enquanto os projetos específicos trazem a compulsoriedade de uma ação político-pedagógica que acomode e adestre essa mão-de-obra de acordo com as necessidades da divisão social do trabalho e dentro dos estreitos limites de sua utilidade econômica (FONSECA, 1989, apud LEITE, 1999, p.53).

Nessa perspectiva, o projeto de educação voltado às populações do campo, a chamada "Educação Rural", vai ser concebido justamente a partir dessa visão de campo como lugar do inferior e do atraso. "Nesse processo, a educação das pessoas que vivem no campo foi tomada como algo menor e sem importância", constata Santos, Paludo e Oliveira (2010, p. 50).

Com isso, os resultados benéficos da ampliação do acesso ao conhecimento e às novas tecnologias não estavam orientados às necessidades das populações camponesas, mas aos interesses dos que vivem do campo, sugando as riquezas ali produzidas, Verdério (2011).

No caso específico do nordeste brasileiro, sobretudo no semiárido, a marginalidade da política educacional destinada aos povos do campo, até os dias atuais, está explícita na negação da cultura, da identidade, das características físicas, climáticas, do saber popular, e das potencialidades econômicas intrínsecas do povo nordestino. A educação descontextualizada, distante das realidades locais dos sujeitos do campo era interesse das elites nordestinas subjugadas aos interesses do governo central, dominado pelas elites do Sudeste (COQUEIRO, 2012).

A educação como direito dos homens e mulheres é condição irremediável a realização da dignidade humana. Através da educação,

são acessados os bens culturais, assim como normas, comportamentos e habilidades construídos e consolidados ao longo da história da humanidade[...] O reconhecimento do direito à educação implica que sua oferta deve ser garantida para todas as pessoas. A equidade educativa significa igualar as oportunidades para que todas as pessoas possam ter acesso, permanecer, concluir a educação básica e, ao

mesmo tempo, desfrutar de um ensino de qualidade, independentemente de sua origem étnica, racial, social ou geográfica (HADDAD, 2012, p. 217).

Porém, o reconhecimento do direito a educação por si só não basta. Para garantia concreta de tal direito se faz necessária à instituição de ações afirmativas no contexto das políticas públicas, pois, ao considerarmos a trajetória excludente e discriminatória da Educação Rural e o panorama atual da educação no campo em nosso país, tendo presente o alto índice de analfabetismo, por exemplo, esta passa a se constituir como uma dívida que precisa ser assumida pelo conjunto da sociedade.

Educação e desenvolvimento do campo em discussão: interfaces do diálogo com os sujeitos da pesquisa

O dialogo que se estabelece aqui parte das itinerâncias dos sujeitos coletivos da comunidade rural investigada, das suas trajetórias de luta e mobilização para a superação dos processos de exclusão e abandono, vividos pelo povo camponês. Assim, trataremos de discutir as contribuições da organização comunitária, por meio da auto-organização dos trabalhadores camponeses e do movimento cooperativista de crédito rural solidário na luta pela inclusão socioeconômica e emancipação do povo camponês.

Os dados apresentados resultam da sistematização dos depoimentos de doze (12) camponeses, sócios da cooperativa ASCOOB COOPERAR, em Carnaíba de Cima, o que corresponde a 24% do quadro de cooperados existentes na comunidade investigada. Nesse sentido, tratou-se de identificar questões acerca do engajamento comunitário dos camponeses, bem como o significado da organização comunitária e da cooperativa de crédito na vida dos mesmos, e como estes concebem a questão da educação para o desenvolvimento dos povos do campo. Ademais, foram analisadas as falas dos membros da comunidade escolar (duas professoras e um coordenador pedagógico).

A referida comunidade está situada a 22 Km da sede do município de Tucano, no estado da Bahia. Tucano fica a 266 km da capital do estado e faz parte do Território do Sisal, sendo que sua população total é de 52. 318 habitantes.

As ideias expostas se propõem a desenhar possibilidades de construção e efetivação de uma proposta de Educação do Campo, compreendendo que,

O desafio teórico atual é o de *construir o paradigma* (contra-hegemônico) *da Educação do Campo*: produzir *teorias*, construir, consolidar e disseminar nossas *concepções*, ou seja, os conceitos, o modo de ver, as ideias que conformam uma interpretação e uma tomada de posição diante da realidade que se constitui pela relação entre campo e educação (CALDARTE, 2004, p. 11).

Em seu processo formativo/educativo, a cooperativa baseia-se no princípio da educação como prática libertadora, emancipadora, conforme concepção freiriana de educação popular, tendo os saberes e trajetórias dos atores sociais como ponto de partida para a educação cooperativista.

A responsabilidade de coordenar os processos educativos na Cooperativa é do Departamento de Desenvolvimento Comunitário (DDC) que conta com a contribuição de profissionais da área de educação popular cooperativista, técnicos em agropecuária e agentes de microfinança. O trabalho do DDC consiste em implementar processos pedagógico-metodológicos e educativos de educação popular, na perspectiva da inclusão socioeconômica das populações marginalizadas do Sistema Financeiro Nacional e no desenvolvimento de comunidades socioeconômica e ambientalmente sustentáveis.

Para os trabalhadores de Carnaíba de Cima, a participação nas atividades desenvolvidas pela COOPERAR tem lhes favorecido muito o aprendizado e fortalecido os processos de organização comunitária. “É muita informação circulando. Informação que ficava lá”. Ressalta o camponês 01. “Depois da associação e da cooperativa, agente passou a conhecer mais coisas. Muita coisa melhorou. Sem as organizações, a comunidade estaria numa situação pior”. Conclui o camponês 03.

Deste modo, se justifica o pensamento defendido por Molina e Sá (2012), em que a cooperativa deve ser vista para além de um instrumento de estabilidade econômica, mas principalmente como instrumento de transformação social.

A comunidade de Carnaíba de Cima faz parte do núcleo de escolas rurais da microrregião, juntamente com outras duas comunidades, tendo a sede da direção na escola municipal Mariano Penedo, que fica no Povoado Pé de Serra a aproximadamente 07 km da comunidade.

Apesar da notória distancia da escola local dos processos sócio-organizativos comunitários, existe um reconhecimento, por parte da equipe pedagógica, acerca da importância das organizações dos trabalhadores no que diz respeito ao interesse e preocupação dos pais em relação à escola.

Eles estão sempre na escola, eu tenho impressão que é uma influencia da organização. A associação está sempre mencionando e procurando saber. [...] Eles estão muito preocupados com a educação de seus filhos. Assim aborda o professor “B”.

Aprender como lidar com a roça, ou seja, trabalhar a agricultura; como planejar a propriedade; fazer manejo e preservação ambiental; além de ler e escrever, despertar o gosto pela zona rural é, para os camponeses, parte importante para o currículo da escola, tendo em vista a defesa de um projeto coerente de desenvolvimento do campo e dos camponeses. Para os mesmos, “O ensino que vem é mais sobre a cidade. Tem que ensinar mais voltado para o campo, o que é a organização comunitária, a associação, a cooperativa...” (Fala do camponês 08). A escola e a educação devem favorecer o processo de “Ensinar e aprender de tudo que é necessário para a sobrevivência, como a tecnologia” (Fala do camponês 06). “Ensinar os valores humanos” e, para isso, é necessário “adequar os conteúdos as vivencias rurais”(Fala do camponês 05).

Para (CALDART, 2000, p. 42),

Quando defendemos um vínculo explícito da escola com processos pedagógicos de formação de sujeitos que têm propósitos de transformação social, é necessário ter clareza de que sozinha a escola não provocará isto. Ao contrário, é o movimento social que precisa ocupar e ocupar-se da escola, construindo junto com os educadores que ali estão, o seu novo projeto educativo.

Tomando por base essa compreensão, cabe à organização popular a tarefa de pensar a educação e o projeto de desenvolvimento que se quer para a classe trabalhadora. Logo, fica indicado às cooperativas de crédito, nesse caso á ASCOOP COOPERAR, o papel de contribuir para o repensar da proposta politico-pedagógica da escola do campo, das comunidades onde atua, considerando-se que no campo e na cidade é urgente fortalecer os valores da cooperação e solidariedade entre os trabalhadores. Nessa perspectiva e conforme compreende o camponês (04), faz-se necessário “uma escola que trabalhe a identidade do sujeito do campo, as culturas, pois ela não está 100% não”. “Uma escola de muita qualidade, que os jovens possam chegar lá fora e não ter dificuldade nenhuma, como os jovens que estão em boas escolas. Pois, o nosso futuro está nas mãos dos que são bons professores, doutores”.(Fala do camponês 08).

Corroborando com Molina e Sá (2012, p 327),

A partir destas ideias, faz sentido afirmar que a escola do campo pode contribuir para a formação de novas gerações de intelectuais orgânicos capazes de conduzir o protagonismo dos trabalhadores do campo em direção à consolidação de um processo social contra-hegemônico.

Nesse sentido, defende Caldart: “a perspectiva da Educação do Campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção de seu destino”. (2004, p 18).

Dessa forma, a relevância do debate da política de Educação do Campo reside exatamente na necessidade de trazer à luz o que interessa ao projeto de educação dos habitantes do meio rural, frente ao desafio da construção de um novo modelo de sociedade.

Considerações (In)Conclusivas

A ausência de políticas públicas destinadas às populações rurais, ao longo de muitos anos, tem sido um dos principais responsáveis pelos altos índices de pobreza e exclusão do campo.

A Educação Rural, como proposta aliada aos interesses do modelo hegemônico de desenvolvimento no meio rural, está alheia à realidade dos milhares de camponeses, das lutas, dos sonhos e desafios desses sujeitos, no que se refere à garantia do acesso às condições materiais de vida, necessárias à classe trabalhadora do campo, como foi constatado ao longo das discussões junto aos sujeitos da pesquisa.

No âmbito do cooperativismo de crédito, as experiências desenvolvidas pelas Cooperativas de Crédito Rural Solidárias têm sido extremamente importantes para as camadas populares, no sentido de favorecer a inclusão socioeconômica da massa trabalhadora, excluída dos serviços financeiros bancários, favorecendo a viabilização de outro paradigma de desenvolvimento, cooperativo e solidário, para a sociedade.

A Educação do Campo, enquanto proposta educacional voltada às especificidades dos sujeitos que residem no âmbito rural traz para o debate questões historicamente ignoradas nos processos formativos desses sujeitos, como é o caso da matriz tecnológica de produção e a apropriação destes na formulação de um projeto próprio de educação para a classe.

O desafio da construção de um projeto popular de desenvolvimento para o campo vai demandar das organizações sociais do campo (associações comunitárias, cooperativas, dentre

outros), novo olhar para as questões políticas voltadas ao desenvolvimento no meio rural, a começar pela educação.

Referências

ASCOOB Central – dados consolidados. Disponível em: www.ascoobcentral.com.br. Acesso em: 28 de out 2011.

ARAUJO, Maria Nalva Rodrigues de. **As contradições e as possibilidades de construção de uma educação emancipatória no contexto do MST**. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação: 2007 (Tese de Doutorado).

BÚRIGO, Luiz Fábio. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de Crédito rural solidário no Brasil**. Florianópolis 2006. Tese de Doutorado (Sociologia Política da), Universidade Federal de Santa Catarina.

CALDART, Roseli Salete; BENJAMIN, César. **Projeto popular e as escolas do campo**. Brasília: 2000. Nº 03.

COUQUEIRO, José da Rocha. **Da Escola Rural à Educação do Campo**. In: Seminário Estadual de Educação do Campo, II Seminário de Educação do Campo do Recôncavo e Vale do Jiquiriçá, III Encontro de Educação do Campo de Amargosa. Amargosa – BA. UFRB, 2012.

HADDAD, Sérgio. **Direito à Educação**. In CALDARTE, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTO, G. (orgs). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

HESPAHOL, Antônio Nivaldo. **Geografia Agrária: teoria e poder**. In: FERNANDES, Bernardo Manzano; MARQUES, Marta Inez Madeiros, SUZUKI, Julio César. (Org.) **O Desenvolvimento do Campo Brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez. 1999.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2ªed.- São Paulo: Boitempo, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna; Sá Lais Mourão. **Escola do campo**. In: **Dicionário da educação do campo**. CALDARTE, R.S; PEREIRA, I.B; ALENTEJANO, P; FRIGOTO, G. (orgs). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, Cláudio Eduardo Félix dos; PALUDO, Conceição; OLIVEIRA, Rafael Bastos Costa de. **Concepção de Educação do Campo**. In. TAFFAREL Celi Nelza Zülke; SANTOS

JÚNIOR Cláudio de Lira; ESCOBAR, Micheli Ortega (Orgs). Cadernos didáticos sobre educação no campo/ Universidade Federal da Bahia.– Salvador : EDITORA, 2010.

SEVERINO, A. J. **Modalidades e metodologias de pesquisa científica**. In: _____. Metodologia do trabalho científico. 23ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2007, pp. 117-126 (Cap. 3, item 3.4).

SINGER, Paul. **Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário**. Estudos avançados 18 (51), 2004, Disponível em: www.scielo.br/scielo. Acesso em: 10 de set 2011.

TAFAREL, Celi Zulke e SANTOS JUNIOR, Claudio de Lira. **Diretrizes curriculares para a educação do campo**: uma contribuição ao debate. In VENDRAMINI, Celi Regina, Machado, I. F. (orgs.), Escola e movimento social: experiências em curso no campo brasileiro. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VERDÉRIO, Alex. **A materialidade da educação do campo e sua incidência nos processos formativos que a sustentam**: uma análise acerca do curso de pedagogia da terra na UNIOESTE. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Cascavel/PR, 2011 (Dissertação de Mestrado)